

UTILIZAÇÃO DE PRÁTICAS ESG POR PEQUENOS NEGÓCIOS E AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO-SP

JOÃO PAULO R. ARCIPRETE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)

GABRIEL BORELLI GUEDES

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES - GPP - EACH - USP

ANA PAULA RODRIGUES ARCIPRETE

ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

UTILIZAÇÃO DE PRÁTICAS ESG POR PEQUENOS NEGÓCIOS E AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO-SP

1. INTRODUÇÃO

No final da década de 1980 foi apresentado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento um documento chamado Relatório de Brundtland ou “Nosso Futuro Comum”. Tal documento defendia que, enquanto a população não fosse atendida em suas necessidades básicas como saúde, educação, alimentação e moradia o desenvolvimento sustentável nunca seria possível (SUGAHARA E RODRIGUES, 2019). Segundo Ruschmann, (2010) as questões ambientais são discutidas há décadas ao passo que as atividades econômicas vem ocasionando impactos negativos no meio ambiente.

Em busca de minimizar os impactos negativos e potencializar impactos positivos causados por organizações ao redor do mundo, em 2004, foi lançado um desafio aos principais líderes de grandes corporações mundiais. Esse desafio culminou em um conjunto de padrões e boas práticas sustentáveis para questões ambientais, sociais e de governanças conhecidos como ESG, termo referente às iniciais, em inglês, de Environmental (Ambiental), Social (Social) e Governance (Governança) (SOLER E PALERMO, 2023).

Visto essas serem as maiores preocupações do Século XXI, preservação da natureza e do meio ambiente, bem como a conquista das necessidades básicas dos indivíduos (ONU, 2020) a Organização da Nações Unidas (ONU), por meio de conferências com a participação de lideranças mundiais dos setores público e privado, veio ao longo do tempo intensificando os debates sobre os impactos ambientais e sobre a necessidade de se promover um desenvolvimento sustentável (ONU 2020). Assim, em 2015 durante a 70ª Assembleia Geral da ONU, líderes mundiais de 193 países acordaram a definição de uma nova agenda global para os próximos 15 anos. Essa nova agenda busca atender necessidades universais em cinco áreas: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias (PNUD, 2023).

Na esteira das preocupações e desafios mundiais, bem como a necessidade de se adequar a um público cada vez mais exigente e preocupado com as questões ambientais e sociais que assolam o mundo, o agronegócio busca se adequar, ao mesmo tempo que também procura aumentar sua produtividade. Para tanto, busca cada vez mais incorporar práticas agrícolas sustentáveis alinhadas as preocupações globais e os pilares de ESG (CAMPOS FILHO E OLIVEIRA, 2023).

Este artigo tem como objetivo apresentar as práticas ESG adotadas por 17 pequenos negócios de produtos artesanais e 41 agricultores familiares atendidos pelo Sebrae em Ribeirão Preto. Entre os produtos têm-se suinocultura, bovinocultura de leite, olericultura, avicultura e horticultura, além de seus derivados. Assim, pretende-se identificar quais práticas já são utilizadas, a familiaridade dos entrevistados com o tema, bem como qual ou quais das dimensões ambiental, social e de governança estão mais avançadas.

Por fim, entende-se que esse trabalho pode contribuir para o fomento do tema na região de Ribeirão Preto. Para tanto, esse estudo apresenta cinco seções, começando pela introdução ao tema do trabalho e o referencial teórico utilizado no estudo. Na terceira seção, foi descrito o método de pesquisa adotado, seguida da quarta seção onde são apresentados os resultados obtidos e, finalmente as considerações finais do estudo.

2. REVISÃO TEÓRICA

SUSTENTABILIDADE E ESG

No início dos anos 70 durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, surgiu o conceito do desenvolvimento sustentável como uma questão proeminente. Essa ideia ganhou corpo nas conferências seguintes, incluindo a Eco-92 no Rio de Janeiro, a Conferência de Kyoto em 1997 e a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo em 2002 (CAMPOS FILHO E OLIVEIRA, 2023).

Partindo-se da perspectiva de que a sustentabilidade tem se solidificado como uma força propulsora de novos modelos econômicos, pautados no equilíbrio de valores financeiros, sociais e ecológicos, faz-se necessário desenvolver um plano de sustentabilidade. Os negócios, sejam eles rurais ou urbanos, precisam de diretrizes e ações que contribuam para se tornarem ambientalmente e socialmente sustentáveis (SEBRAE, 2024). O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), ressalta ainda, que todos os negócios geram impactos e que empresas sustentáveis são abrangentes, tendo que suas ações se iniciam na concepção do negócio, tornando-o sustentável em busca de ocasionar zero impacto ao planeta e às pessoas (SEBRAE, 2015).

Segundo Veloso e Agostinho (2017), são vários os benefícios para os negócios e comunidades ao entorno de empresas com ações sustentáveis em sua operação e gestão. Entre

esses benefícios se destacam o maior potencial de lucratividade e vantagem competitiva, queda dos custos com a redução do uso de energia, água e insumos, marketing verde e atração de consumidores ambientalmente conscientes (VELOSO E AGUSTINHO, 2017).

Nesse sentido, com o objetivo de ampliar a pauta e na busca de soluções e fretamento dos problemas globalmente enfrentados, também durante a 70ª Assembleia Geral da ONU em 2015, foi definida de uma nova agenda global para os próximos 15 anos com objetivos e metas globais interconectadas, a serem atingidos até 2030, a então chamada “Agenda 2030” (ONU, 2020). São 17 os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 as metas que demonstram a escala e a ambição da nova agenda universal, baseados nos já citados cinco eixos: Paz, Pessoas, Planeta, Prosperidade e Parceria (PNUD, 2020).

No entanto, cerca de 11 anos antes da definição de uma agenda em busca do desenvolvimento sustentável, em 2004, o então secretário da ONU fez uma provocação aos Chief Executive Officer (CEOs) de grandes instituições financeiras, utilizando-se pela primeira vez da sigla ESG (Environmental, Social and Governance), em um relatório produzido em parceria pelo Pacto Global e o Banco Mundial, intitulado “Who Cares Wins” ou “Quem cuida ganha”, (REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL, 2023).

Vale destacar que o forte movimento do ESG se iniciou a partir da percepção sobre os riscos financeiros relacionados à dependência da economia mundial sobre os recursos naturais como, por exemplo, o clima, a água, o solo e a biodiversidade, os quais estão se tornando mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas e dos eventos extremos (SENAR, 2023).

ESG está intimamente conectado aos ODS e para Krug (2023), trata-se de um conjunto de boas práticas empregadas com o intuito de garantir a sustentabilidade dos negócios. Nesse sentido, os princípios de ESG se baseiam claramente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, nos Princípios do Pacto Global e não obstante nos Princípios para o Investimento Responsável.

As práticas em ESG se desenvolveram na última década com destaque e maior interesse nos últimos 4 anos a partir de 2020. Com o interesse de grandes investidores sobre o assunto, diversas empresas incorporaram ações e informações relativas a ESG em suas estratégias e relatórios assim como o mercado tem promovido o desenvolvimento de novos produtos ligados ao tema como os títulos verdes, que direcionam recursos para projetos que visam o aprimoramento em resultados ambientais (CAMPOS FILHO E OLIVEIRA, 2023).

Considerando os três pilares que sustentam as práticas ESG, o pilar ambiental trata de políticas e/ou práticas com o objetivo de garantir a conservação dos recursos naturais, a gestão de resíduos, a redução de emissões de gases de efeito estufa, a eficiência energética, a biodiversidade, o desmatamento, a escassez da água, redução dos impactos ambientais nos processos produtivos, menor desperdício de recursos nos processos de produção, combate ao desmatamento e uso sustentável do solo (BASSO; GARCIA E OLIVEIRA, 2023).

Já o pilar social diz respeito à forma como a organização lida com seus colaboradores (questões trabalhistas e desenvolvimento), clientes e a comunidade, aspectos ligados à diversidade e inclusão, à proteção de dados, saúde e segurança dos funcionários (BASSO; GARCIA; OLIVEIRA, 2023).

Por fim, o pilar Governance (Governança) aborda questões administrativas como as ações de gestores e demais setores como: questões de transparência, equidade, prestação de contas, conformidade, gestão de riscos, bem como a comunicação das ações interna e externamente (MARTINS et. al 2018).

Nesse sentido o Serviço de Aprendizagem Rural (SENAR, 2023), apresenta alguns exemplos de ações que o produtor pode adotar nos pilares ambiental, social e governança. Assim, tem-se no pilar ambiental: Potencializar as áreas de recarga dos lençóis subterrâneos; Conservação do solo de qualidade com altos teores de matéria orgânica; Sistema plantio direto; Recuperação de pastagens degradadas; Fixação biológica de nitrogênio; Tratamento de dejetos animais; Intensificação da produtividade em áreas já convertidas; Recuperação da vegetação nativa em áreas de reserva legal e áreas de proteção permanente; Uso de sistemas de Irrigação localizados (como gotejamento, por exemplo); Uso de tecnologias de automatização do sistema de irrigação; Uso de equipamentos energeticamente mais eficientes (que consomem menos energia); Aproveitamento de resíduos orgânicos para gerar a própria energia elétrica via biodigestores; Adoção da energia solar como fonte alternativa de energia. Já para o pilar Social o SENAR (2023) sugere aos produtores as seguintes ações: Apoio em projetos sociais em seu município; Abertura de canais de contato com a comunidade; Promoção de eventos que promovam o levantamento das demandas da comunidade; Implementação de programa de capacitação dos colaboradores de modo a permitir a evolução profissional; Implementar política de processos seletivos às cegas; Incluir em seu contrato de trabalho cláusulas que fortaleçam o combate ao trabalho forçado e trabalho infantil; Implementar cláusulas referentes ao tema em contratos com fornecedores, de modo a promover a implantação em toda cadeia de valor; Implantação de canais de

comunicação dos colaboradores para alerta sobre riscos ocupacionais; Capacitação da mão de obra.

O SENAR (2023) sugere aos produtores que realizem ações que visem a transparência fiscal, a remuneração de acionistas (se for o caso), o planejamento estruturado de sucessão, a criação de comitês para avaliação de valores, gestão de riscos e lucratividade da empresa, o monitoramento e publicação das conformidades com equipe técnica especializada, além de criar sistema de relatórios financeiros (balanço patrimonial e fluxo de caixa).

Por fim, considerando as ações sugeridas pelo SENAR (2023) e a conexão entre as práticas ESG, como já relatado neste trabalho, junto aos ODS (ONU, 2030), vale destacar aqui alguns objetivos que podem ser impactados pelas práticas realizadas por produtores rurais que são os que seguem: Objetivo 2 - acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; Objetivo 5 - alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; Objetivo 8 - promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos; Objetivo 12 - assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; Objetivo 13 - tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos; Objetivo 15 - proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade (ONU, 2020).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa é classificada como um estudo de caso, de natureza exploratória, descritiva e quantitativa, em trabalho com 58 produtores rurais e pequenos negócios da região de Ribeirão Preto, no estado brasileiro de São Paulo. Os dados foram obtidos através de formulários enviados aos clientes do Sebrae Ribeirão Preto, via aplicativo de mensagem, no período entre janeiro e março de 2024. O objetivo desse estudo foi o de realizar um diagnóstico técnico gerencial baseado nos princípios de ESG, realizado com produtores e comerciantes da agricultura familiar na região.

Para alcançar seus objetivos esse trabalho conta com a revisão bibliográfica sobre sustentabilidade e o conceito de ESG e suas práticas para o setor agrícola com sugestões de ações a serem implementadas por produtores rurais em geral.

Assim, o questionário versa desde a cultura a ser produzida até as práticas de ESG. Tem-se então questões de cunho ambiental, como práticas para redução do consumo de energia e água, bem como questões referente ao pilar social, como exigências trabalhistas e uso de equipamentos de proteção individual pelos trabalhadores, questões sobre governança baseados na gestão da propriedade rural e sucessão familiar e, por fim, uma pergunta sobre a familiaridade com o termo formal ESG.

Encerrada a coleta de dados, esses foram exportados para uma planilha em Excel® e utilizada estatística descritiva para análise dos dados. Ao final os resultados foram apresentados em gráficos de pizza.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

26 dos 41 produtores entrevistados possuem como atividade principal a horticultura e olericultura em suas propriedades, 7 produtores são avicultores, 3 trabalham com a bovinocultura do leite, bem como 1 cafeicultor, 1 piscicultor, 1 produtor de lúpulo, 1 propriedade de turismo rural e 1 agrofloresta. Dentre os pequenos negócios, 5 comercializam em maioria embutidos da suinocultura, 4 possuem empório de produtos artesanais, 2 trabalham com turismo rural, concomitantemente com pequenos negócios de cachaçaria, cafeteria, cervejaria, laticínios, mel e panificadora, com 1 empresa de cada segmento.

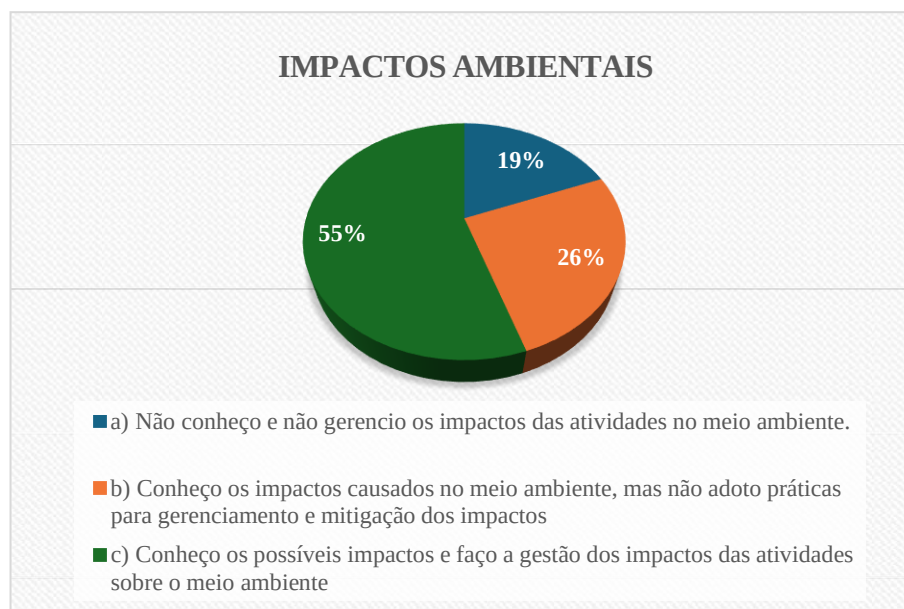
Caracterizado os entrevistados, apresenta-se a seguir as informações coletadas em entrevista com os produtores rurais segundo os pilares de ESG (ambiental, social e governança).

ESG: E de ambiental

Levando-se em consideração os aspectos ambientais que se relacionam com o agronegócio, os produtores foram questionados se reconhecem os possíveis impactos que sua atividade pode causar ao meio ambiente e se adota medidas de mitigação. A Figura 1 demonstra que 55% dos entrevistados afirmam conhecer e fazer a gestão de mitigação enquanto 26% afirmam conhecer os impactos ambientais, embora não adotem medidas para reduzi-los e 19% dizem desconhecer os impactos que podem causar. Essa distribuição indica que, embora a maioria dos respondentes esteja ciente dos impactos ambientais e tente

gerenciá-los, ainda há uma parcela significativa que precisa de mais conscientização e recursos para implementar práticas de gestão ambiental.

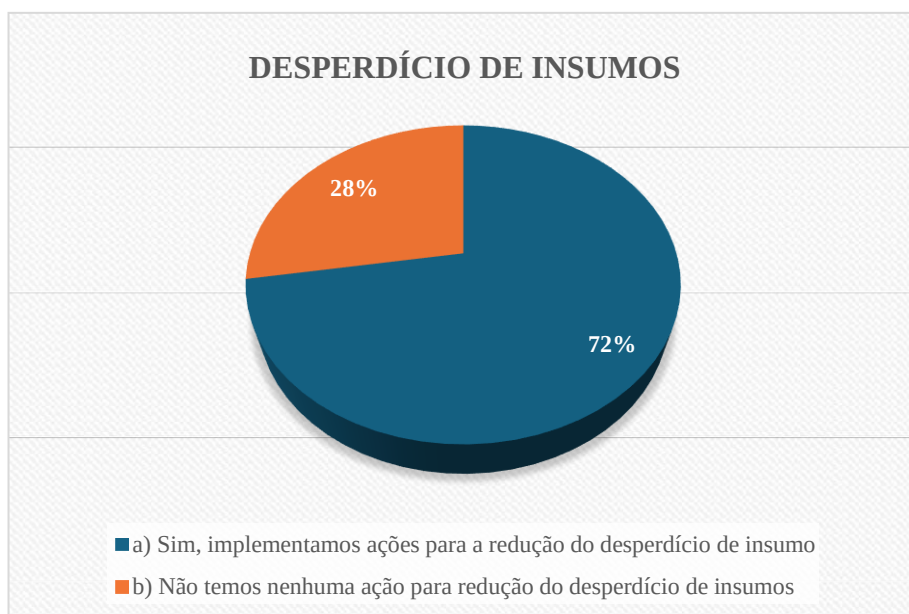
FIGURA 1: Reconhecer impactos ao meio ambiente.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

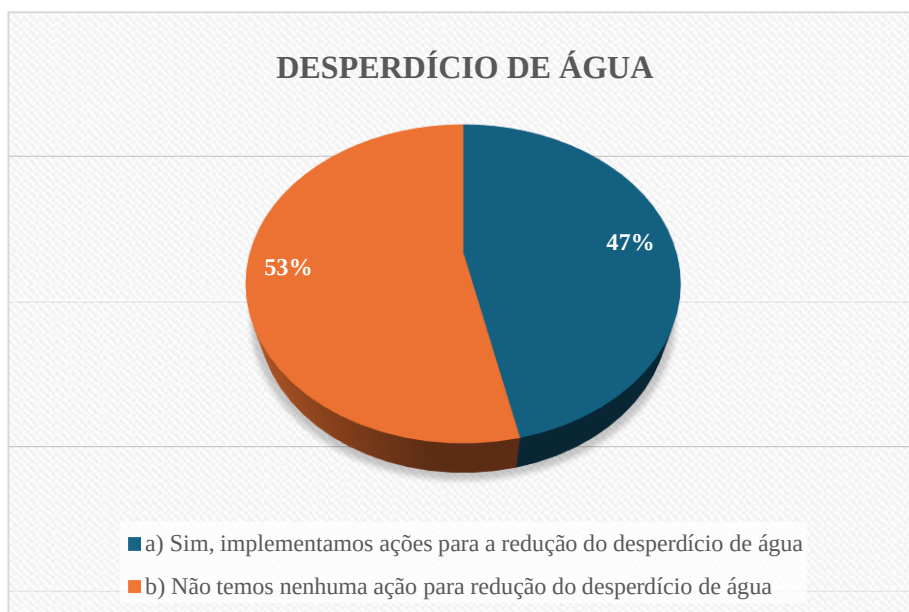
Considerando inclusive as sugestões de ações propostas pelo SENAR, os entrevistados foram questionados quanto a implementação de ações para reduzir desperdícios de insumos, água e energia elétrica, como é possível observar nas figuras 2,3 e 4 a seguir. Quanto ao desperdício de insumos, 72% dizem implementar ações de redução de desperdícios. Já para o desperdício de água esse percentual é de aproximadamente 47% e de energia elétrica chega a 40% dos entrevistados. Esses dados indicam uma necessidade significativa de conscientização e implementação de medidas para a redução do desperdício de água e energia, já que a maioria dos entrevistados não adota tais práticas.

FIGURA 2: Desperdício de insumos



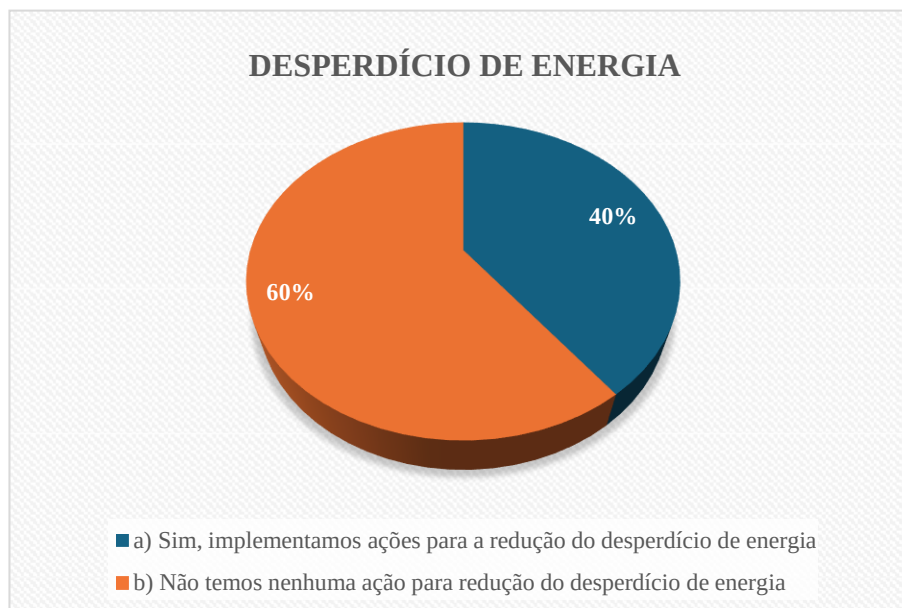
Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

FIGURA 3: Desperdício de água



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

FIGURA 4: Desperdício de energia elétrica



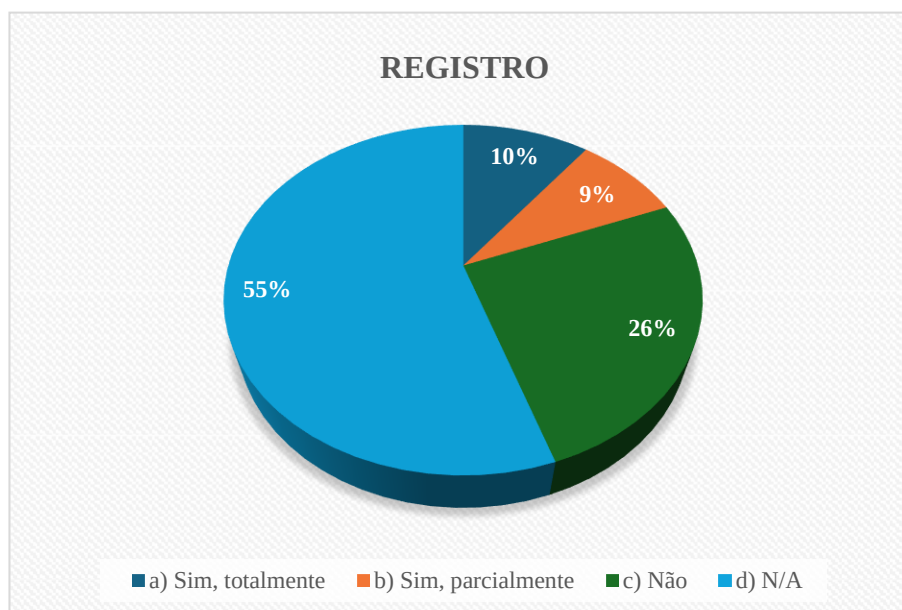
Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

ESG: S de social

Valendo-se das sugestões de ações já apresentadas neste trabalho, as figuras 5, 6 e 7 apresentam os resultados relativos às questões trabalhistas e de segurança dos funcionários. Importante ressaltar que estes pequenos negócios se caracterizam majoritariamente por trabalho dos próprios familiares, em 69% dos casos, com 19% apenas com funcionários trabalhando e 12% com ambos.

Segundo a figura 5 apenas 10% dos produtores e comerciantes afirmam ter todos os seus funcionários registrados de acordo a legislação trabalhista, 9% registram parcialmente, enquanto os outros 26% registram nenhum funcionário. Os 55% de produtores e comerciantes em que o questionário não se aplica deve-se aos empreendimentos com apenas familiares.

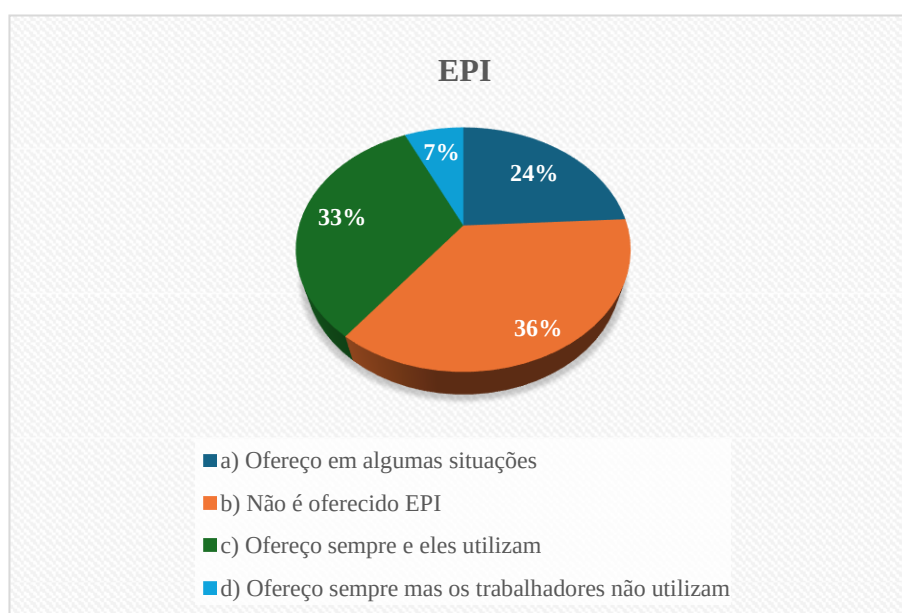
FIGURA 5: Registro de funcionários



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Os produtores e comerciantes foram questionados também quanto à disponibilização e uso de equipamentos de proteção individual. Segundo a figura 7, cerca de 33% dos entrevistados disseram oferecer o EPI e que os funcionários utilizam, aproximadamente 24% oferecem apenas em algumas situações, em torno de 7% dizem oferecer, mas os funcionários não utilizam e 36% afirmaram não oferecer EPI.

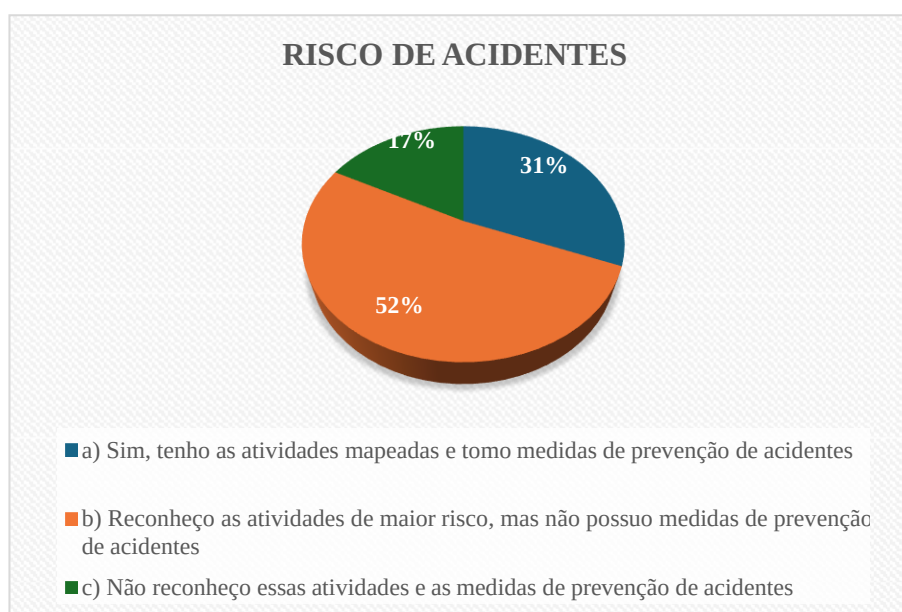
FIGURA 6: Equipamento de proteção individual



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Por fim, com o intuito de minimizar potenciais acidentes de trabalho, empreendimentos foram questionados quanto a conhecer potenciais riscos de acidentes e tomar medidas de segurança. Assim a partir da figura 8 é possível observar que pelo menos 71% dos respondentes afirmaram conhecer os potenciais riscos e tomar medidas para prevenção de acidentes. Já 23% dos entrevistados disseram conhecer os riscos, mas não tomar medidas de prevenção.

FIGURA 7: Atividade de risco



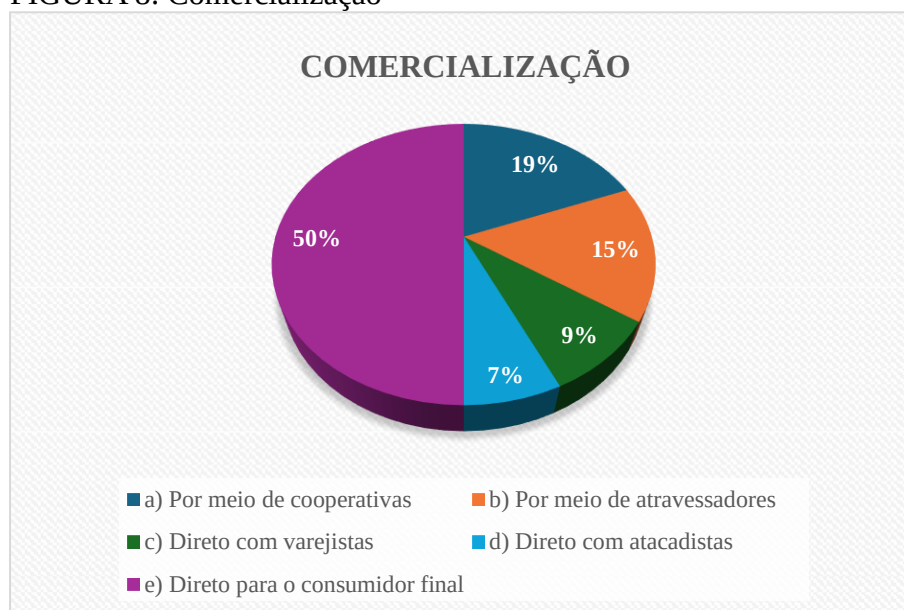
Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

ESG: G de governança

Encerrada a seção que trata das questões sociais, esse trabalho apresenta os resultados dos questionários relativos ao pilar Governança. As questões a seguir tratam de questões de gerenciamento da propriedade, sucessão familiar, custos de produção, metas e indicadores e gestão de fornecedores.

Assim, entre as informações mais relevantes coletadas estão que apenas 36% dos produtores e comerciantes contam com a presença dos filhos para o trabalho e gestão da propriedade, o que irá impactar no processo de sucessão familiar. Cerca de 50% dos entrevistados comercializam seus produtos diretamente para o consumidor final, enquanto 19% o fazem por meio de cooperativas. 15%, 9% e 7% comercializam por meio de atravessadores, ou diretamente para varejistas e atacadistas, respectivamente.

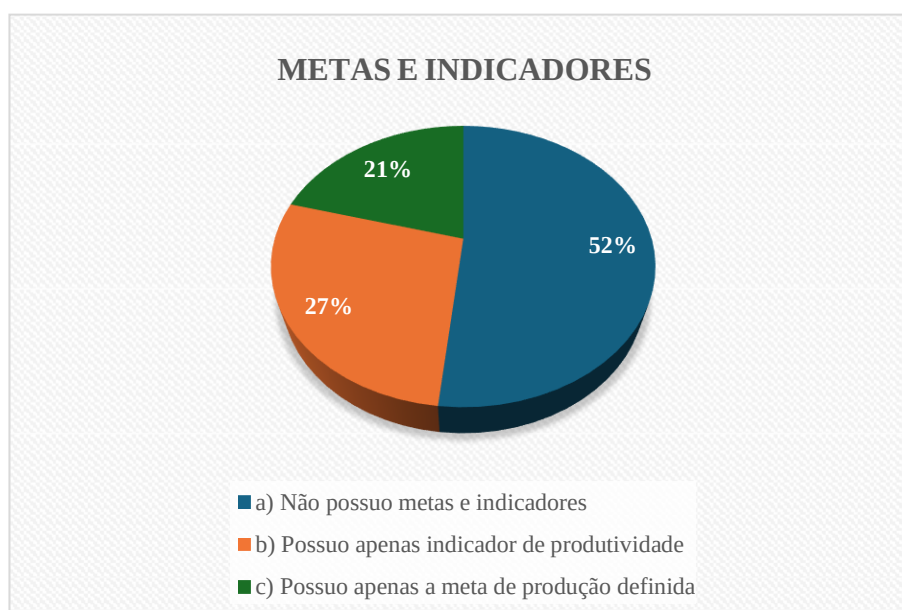
FIGURA 8: Comercialização



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Outra questão levantada junto aos produtores e comerciantes foi a definição de metas e ou indicadores para auxiliar na gestão da propriedade. De acordo a figura 9, 27% dos entrevistados afirmaram possuir apenas indicadores de produtividade por área. Outros 21% afirmam possuir apenas meta de produção definida enquanto cerca de 52% não possuem metas e indicadores definidos.

FIGURA 9: Metas e Indicadores



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Encerrando o pilar governança, os produtores e comerciantes foram questionados se conhecem seus custos de produção. Segundo a figura 10, cerca de 29% dos empreendimentos

entrevistados afirmaram conhecer seus custos de produção e fazer sua gestão. Já 47% afirmaram conhecer os custos, mas não tomam nenhuma medida de gestão.

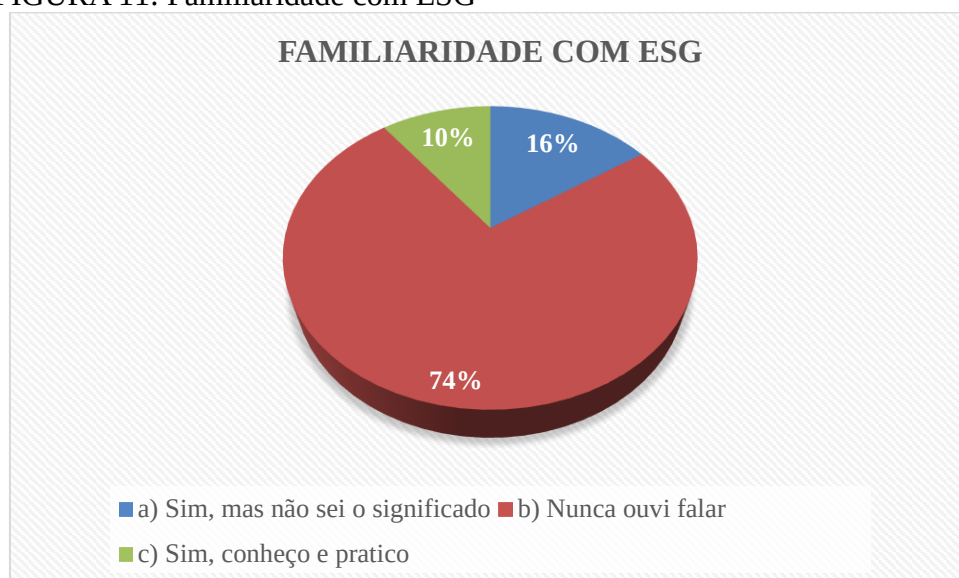
FIGURA 10: Gestão dos custos de produção



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Por fim e fundamental para esse estudo, os entrevistados foram questionados quanto a familiaridade com a sigla ESG. De acordo a figura 11, 74% dos entrevistados afirmam nunca ter ouvido falar do termo ESG, enquanto apenas 10% dos respondentes afirmam conhecer e praticar.

FIGURA 11: Familiaridade com ESG



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi relatado nesse trabalho, as práticas ESG surgiram a partir da demanda do mercado financeiro e a preocupação crescente e justa com o impacto que as empresas causam no meio ambiente e na sociedade, bem como a governança para garantir a perenidade dos negócios considerando os três pilares de ESG (ambiental, social e de governança).

É fato que as práticas ESG estão em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os Princípios do Pacto Global, além dos Princípios para o Investimento Responsável. Todos os setores da economia buscam se adequar e/ou incluir tais práticas em seus negócios. Para o agronegócio não é diferente.

Nesse sentido, práticas de conservação dos recursos naturais, gestão de resíduos, redução de emissões de gases de efeito estufa, eficiência energética, biodiversidade, redução do desmatamento, uso sustentável do solo, incentivo a diversidade e inclusão, proteção de dados, direitos trabalhistas, a saúde e segurança dos funcionários, bem como questões de transparência, equidade, prestação de contas, gestão de riscos, gestão da propriedade e sucessão familiar, são temas cada vez mais presente na realidade das propriedades rurais.

Assim, entende-se que esse trabalho alcançou seu objetivo principal de apresentar a hipótese de que, apesar da possível falta de familiaridade com o conceito formal de ESG (*Environmental, Social, and Governance*), os produtores e as empresas de comércio de produtos artesanais atendidos pelo Escritório Regional do Sebrae de Ribeirão Preto já implementam práticas alinhadas aos princípios ESG em suas atividades cotidianas. Essas práticas incluem ações de preservação ambiental, iniciativas de responsabilidade social e métodos de governança eficiente, mesmo que realizadas de forma intuitiva ou tradicional, sem o reconhecimento explícito de estarem cumprindo com as diretrizes ESG.

72%, 47% e 40% dos respondentes afirmaram possuírem medidas para redução de desperdícios de insumos, água e energia elétrica respectivamente. Já os pilares social e governança, são aqueles que demandam mais atenção e merecem um trabalho para ampliar seus resultados, visto que menos da metade dos produtores e comerciantes afirmaram ter seus colaboradores registrados segundo a legislação trabalhista, cerca de 36% relataram não oferecer EPI e mais da metade dos produtores relatam não possuir metas e indicadores de produção. Por fim, apenas algo 36% dos entrevistados disseram ter o envolvimento dos filhos na propriedade indicando um potencial problema de sucessão.

Visto os resultados apresentados, tem-se por um lado a possibilidade de se inferir que

as ações relativas as questões ambientais parecem já fazer parte da realidade da maioria desses produtores e comerciantes, mesmo que notadamente alguns pontos possam ser aprimorados. Por outro lado, os pilares social e governança necessitam de maior atenção e desenvolvimento para que questões trabalhistas e de segurança sejam respeitadas e a sucessão familiar, bem como a gestão do negócio não permaneçam sendo um problema no meio rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSO, M; GARCIA, R; OLIVEIRA, H. **ESG: A nova onda verde**. E.book. e|investidor. São Paulo: Estadão, 2023. Disponível em: https://conteudos.einvestidor.estadao.com.br/e-book_esg

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Brasil**, 2017. Disponível em: [https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/cadastraoambientalrural#:~:text=O%20Cadastro%20Ambiental%20Rural%20\(CAR,remanescentes%20de%20vegeta%C3%A7%C3%A3o%20nativa%2C%20das](https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/cadastraoambientalrural#:~:text=O%20Cadastro%20Ambiental%20Rural%20(CAR,remanescentes%20de%20vegeta%C3%A7%C3%A3o%20nativa%2C%20das)

CAMPOS FILHO, E. S.; OLIVEIRA, E.C. **As dimensões ESG aplicadas ao agronegócio: uma revisão sistemática de literatura**. Revista GeSec. São Paulo, SP, Brasil v. 14, n. 11, p. 20304- 20326, 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. GLOBAL COFFEE PLATFORM. Currículo de Sustentabilidade do Café. 2015. Disponível em: https://archive.globalcoffeeplatform.org/assets/files/Resources/Curr%C3%ADculo-deSustentabilidade-do-Caf%C3%A9-CSC_rev_mar.2017.pdf

KRUG, A. U. **Cooperativismo, modelo de desenvolvimento sustentável: uma contribuição fundamentada nos princípios ESG para cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul**. 195 f. Tese de doutorado em Agronegócios. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023.

MARTINS, V. A.; JEREMIAS JUNIOR, J.; ENCISO, L. F. **Conflitos de agência, Governança Corporativa e o serviço público brasileiro: um ensaio teórico**. Iberoamerican Journal of Corporate Governance, v. 5, n. 1, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21434/IberoamericanJCG.v5i1.25>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **A ONU e o meio ambiente**. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil – Ciclo 2018-2022. 2023.** Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-11/pnud_ciclo_brasil_18-22_v5_08-11_0.pdf.

REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL. ESG: **Entenda o significado da sigla ESG (Ambiental, Social e Governança) e saiba como inserir esses princípios no dia a dia de sua empresa**. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/ESG/>.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meioambiente**. 192p. 16. ed. Editora Papirus 7 Mares, 2010.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Dicas de sustentabilidade para pequenos negócios**. 2015. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mg/artigos/dicas-de-sustentabilidade-parapequenos-negocios,960fc4eae3ffb410VgnVCM2000003c74010aRCRD>.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Centro Sebrae de sustentabilidade**. 2024. Disponível em: <https://sustentabilidade.sebrae.com.br/esg-environmental-social-and-governance>.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL (SENAR). **Práticas ESG no meio rural**. Brasília, DF, 2023. SOLER, F.; PALERMO, C. ESG (ambiental, social e governança): da teoria à prática. Editora Expressa. 2023. p.196.

SUGAHARA, C.R.; RODRIGUES, E. L. **Desenvolvimento Sustentável: um discurso em disputa**. Desenvolvimento em Questão, v. 17, n. 49, p. 30-43, 2019.

VELOSO, C.C.; AGUSTINHO, A.G.S. **Sustentabilidade empresarial: estratégia das empresas inteligentes. Teoria e Prática**. Appris Editora, 2017. p.111.

YIN, R. K. **Estudode caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Boookman, 2001